

Uma ficção de criança autônoma

Vanessa Cardoso Cezário

Uma criança autônoma! Como ela pode ser? Por que uma ficção? O que isso pode indicar? A autonomia para a infância pode ser concebida de várias maneiras. Em campos como a pedagogia e a psicologia essa construção é bastante sofisticada [e sedutora], mas a partir de dois exemplos que nos chamaram a atenção por sua circulação e repercussão na Internet, também pudemos reconhecer uma imagem de criança autônoma. Supostamente menos pretenciosos, partir deles, tomados como ficção, pudemos desenvolver a hipótese de que autonomia pode ser um predicativo generalizante junto à nova condição política à categoria de infância em nossa época.

Palavras – chave: criança, infância, autonomia, ficção, psicanálise.

Como ela pode ser?

Chegamos a essas reportagens meio que por acaso no contexto de uma pesquisa anterior. No entanto, ambas nos chamaram a atenção devido a sua repercussão e circulação na Internet. Uma delas, sobre amamentação após o parto, a princípio, trazia considerações sobre como normalmente os bebês são posicionados próximo ao seio da mãe para mamar logo após o nascimento (PAGAN, [2016]). A novidade da matéria estava no relato de um casal estadunidense que tinha decidido dar tempo para que a sua bebê encontrasse o caminho da primeira mamada sozinha.

A série de fotografias mostrava o percurso que havia começado às 5h50, horário em que a bebê nasceu, até às 6h34, quando a menina havia alcançado o seio da mãe após rastejar por sua barriga. Conforme o casal e a equipe médica, esse processo poderia garantir “melhores resultados e menos estresse” (PAGAN, [2016]) para a educação da bebê.



Figura 1- Bebê que rasteja até o peito para mamar
Fonte: Pagan ([2016]).

A segunda reportagem que citamos continha o vídeo de uma bebê brasileira. A enfermeira a segurava e admira os seus primeiros passinhos. A suposta façanha havia ocorrido apenas vinte minutos após o seu nascimento, nem banho a bebê havia tomado ainda.

Nessa segunda reportagem havia o argumento médico de que o reflexo da marcha é comum na maioria dos recém-nascidos, mas é perdido alguns dias depois. Contudo, esse dado nem ao menos constava na legenda dos diversos canais do YouTube que compartilharam o vídeo.



Figura 2 - Bebê que anda após nascer.
Fonte: El País (O VIRAL..., 2017).

Ora, tanto no primeiro quanto no segundo caso, o que estava em voga eram reflexos primários que a equipe de profissionais participante dos partos conheciam bem. E, embora gratiosos, não se tratavam de atos fora do comum. Porém, em razão da forma e local de divulgação, as imagens circularam de forma a apagar o argumento médico.

Portanto, esse contexto também é parte de nossa hipótese a respeito de tal viralização, pois nele, especificamente, é veiculado de forma pregnante uma imagem de criança autônoma. Uma autonomia em que se desconsidera a alienação inicial e radical que temos em relação aos nossos antecedentes. Essa imagem de criança que capta tamanha admiração, pareceu-nos funcionar como uma ficção.

Por que uma ficção?

Como fatos em si mesmos, essas reportagens, na forma como reverberaram (sem a consideração do dado médico), poderiam ser tomadas como equívocos. No entanto, como aponta Japiassu (1998), podemos considerar o seu valor não exatamente naquilo que, de fato, veiculam, mas no que pode ser interpretado a partir delas.

Pois, há um imaginário ou criança imaginarizada de nossa época cuja noção de autonomia consideramos sintetizadas nesses exemplos. Se achar o caminho da primeira mamada e

andar é o que fazem logo após o nascimento, imaginem o que poderiam fazer um pouco depois! Seriam as reais meninas superpoderosas¹!?

Essa via de leitura distingue-se do sentido comum de ficção. O termo que normalmente refere-se ao produto de imaginação, algo fantasioso ou enganoso (HOUAISS; VILLAR, 2001), ganha outro sentido a partir de Lacan (1995). Em sua letra, a ficção mantém uma ligação singular com a verdade que porta. De outro modo, contém em si a própria verdade que pode ser designada, por sua vez, como ficção devido a sua estrutura.

Pois, da mesma maneira que o sujeito está implicado em sua fala, também está em outras produções. A verdade de seu desejo também pode ser lida a partir de suas ficções declaradas. Essas, antes de meras mentiras, absurdos ou devaneios, podem se constituir na única maneira de falar de uma verdade. Ou ainda a via de acesso a uma verdade que o real não permitiria de outro modo.

Dessa forma, ainda que se saiba que as crianças não andem ou não se orientem sozinhas, de fato, logo depois de nascer, tal como foi deduzido a partir das reportagens, a maneira como essas ações foram registradas e recebidas, têm a sua importância. Por essa via que estamos abordando, elas podem ser analisadas devido ao lastro dos elementos culturais dos quais se constituem. Como Lacan (1995) afirma, eles fazem parte da organização simbólica do mundo por meio das quais podemos dizer de uma verdade.

O que isso pode indicar?

Como mencionamos, a ficção faz parte do paradigma que pode ser sustentado em uma dada época e lugar. E a noção de autonomia começou transformar-se radicalmente em relação as versões anteriores a partir do momento que passou a ser considerada como inscrita no próprio indivíduo. O que antes era relativo a uma instância exterior², adverte Lessa (2017), colocou e xeque o princípio de interdependência no novo individualismo. De responsabilidade deliberativa para se dar as próprias leis passou-se à uma autonomia

¹ Alusão ao desenho animado de mesmo título em que há três protagonistas, Docinho, Lindinha e Florzinha, com superpoderes.

² Por exemplo, autonomia em relação à natureza e ao divino. Questões desenvolvidas em maiores detalhes em nosso trabalho Cezário, 2021.

de instâncias anteriores ao indivíduo. Dito de outra forma, é como se ele pudesse ter em si mesmo autonomia dos seus outros.

No âmbito em que tratamos, Arendt (1979) mostra como a emancipação que visava contemplar trabalhadores e mulheres, estendida às crianças, não surtiu o mesmo efeito de libertação e ascensão ao mundo público. A partir da infância como categoria política, as crianças alcançaram um estatuto que não prevê somente a sua proteção. Antes ascenderam como participantes diretas em questões que lhes concernem tendo em vista o seu maior interesse. Então, ao invés de serem tomadas apenas como objeto de proteção integral, poderiam, supostamente, atuar efetivamente tendo em vista o seu interesse superior.

Em vários campos da vida comum elas vão para o centro do ato educativo. No entanto, essa subida não mantém de forma equivalente a noção de responsabilidade do outro lado. Frente a crianças com tamanha autonomia, os mais velhos de uma maneira ou de outra acabam ou continuam a se isentar. Na verdade, praticamente se apagam, tal como descrito por Arendt (1972) num suposto mundo de crianças autônomas.

Embora tenhamos feito apontamento a respeito de certos documentos e evidenciado a sua dimensão política em trabalho anterior (CEZÁRIO, 2021), entendemos que muitas dessas mudanças estendidas às crianças, funcionaram de modo a desconsiderar a sua especificidade de assujeitamento aqueles que estão a cargo da tarefa educativa. De certa forma, uma generalização que, em favor de uma nova condição política, acaba por desconsiderar o lugar lógico dos pequenos no quadro humano, como bem destacado na chamada do colóquio (LEPSI, 2021).

Considerações finais

Comemorados e admirados, consideramos que os exemplos citados portam o predicativo generalizante da noção de autonomia. Devido a forma como são compreendidos, a saber, desconsiderando a condição objetual em que as bebês estão, pudemos considerá-los como ficção em que se pode vislumbrar uma demanda educativa. Não sem consequências tanto para os pequenos quanto para os mais velhos, essas imagens fazem parte de um discurso em que há coisas que podem ou não ser ditas e feitas, mas que são, no entanto, fantasiadas e pensadas (LAJONQUIÈRE, 1999). Um universal da autonomia que não cabe às

crianças, mas igualmente não deixa de dizer algo a respeito do mal-estar educacional dos mais velhos.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. A crise na educação. *In*: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CEZÁRIO, V. C. **O oficioso do discurso pedagógico sobre a autonomia**: estudo de caso em uma escola democrática. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.48.2021.tde-21102021-110744. Acesso em: 2022-01-21.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAPIASSU, H. **Psicanálise**: ciência ou contraciência? Rio de Janeiro : Imago, 1998.

LACAN, J. Para que serve o mito. *In* **O Seminário. Livro 4**: a relação de objeto. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1995.

LAJONQUIÈRE, L. **Infância e ilusão (psico)pedagógica**: escritos de psicanálise e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEPSI. **Os nomes-da-criança**: Infâncias, alteridade e inclusão. Colóquio 2021.

LESSA, R. **O abismo da autonomia**. Disponível em: www.instituticpflcultura.org.br, 2017. Consulta em: 20.03.2018.

O VIRAL do bebê brasileiro que nasceu e logo “saiu andando”. **El País**, Madrid, 30 maio 2017. Fonte: <https://bit.ly/3vdEiCk>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PAGAN, M. Instinto: fotógrafa capta recém-nascida rastejando até seio da mãe para mamar. **Vix**, [s. l.], [201-?]. Disponível em: <https://bit.ly/3fa813q>. Acesso em: 10 jun. 2017.